

REPRESENTAÇÕES DA GREVE DOS PETROLEIROS DE 1995 NA IMPRENSA: AS REFERÊNCIAS AO PERÍODO MILITAR E À DEMOCRACIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Ana Cosenza*

Os 21 anos da ditadura militar no Brasil, iniciada com o golpe de 1964, caracterizaram-se, entre outros pontos, por uma forte repressão a todos os movimentos sociais contestatórios, em especial sindical. Já no final do período militar, com as greves metalúrgicas de 1978-1979 no ABC paulista (e de outros setores do operariado, no início dos anos 80), os trabalhadores organizados tornaram-se o principal expoente do conflito com o poder então estabelecido. Além da reivindicação específica de participação política do movimento operário, essas greves – e, posteriormente, a formação e as ações da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos sindicatos com ela identificados – serviram à reivindicação geral da sociedade pela democratização do regime.¹

As greves ocorridas durante a ditadura foram duramente reprimidas, inclusive com a prisão e enquadramento de seus líderes na Lei de Segurança Nacional e com a intervenção governamental em sindicatos de trabalhadores. Entretanto, o processo de democratização do país – com as eleições dos governos estaduais, a posse de um governo federal civil, em 1985, e as seguintes eleições presidenciais – não significou, como se poderia supor, o fim de atitudes repressivas ao movimento operário. Ao contrário, mesmo sob a vigência da democracia, as tensões nas relações entre os diversos grupos da sociedade eram, em geral, acompanhadas de um discurso que se referia ao período militar como ameaça: estes conflitos poderiam, diante de uma democracia ainda frágil, promover o retorno da ditadura. Marcadamente nos momentos em que esta tensão tornou-se mais aguda, houve ações governamentais que foram além do discurso, como aconteceu nos casos das greves de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1988, e dos petroleiros, em 1995.

Este último movimento é o objeto da pesquisa que apresentamos ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, cuja proposta é questionar como foi contada a história da greve petroleira através das representações feitas pela imprensa. Ou seja:

partindo de uma concepção crítica, que entende que a imprensa não é neutra ou imparcial, mas “instrumento de manipulação de interesses” e “agente da história que ela também registra e comenta”,² busca-se compreender quais foram e como funcionaram os mecanismos utilizados pela imprensa para construir imagens, difundir conceitos e firmar opiniões sobre a paralisação dos petroleiros e seus personagens. No marco desta pesquisa, é na recorrência ao período militar no noticiário sobre a greve petroleira que se concentra o presente texto.

Em maio de 1995, o Brasil vivia um período de relativa estabilidade, proporcionada pelo controle da inflação e pela eleição, em primeiro turno (e, portanto, com grande respaldo popular), de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República. Entretanto, o país ainda se ressentia da crise política provocada pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito após a ditadura militar – que, entre outras consequências, ocasionou uma desaceleração no processo de implantação do projeto econômico e político do neoliberalismo no Brasil. Foi somente no primeiro mandato de Cardoso que se consolidaram internamente alguns dos elementos fundamentais do neoliberalismo, entendido como a junção de um ideário de aprofundamento das concepções do liberalismo clássico e de uma série de práticas, conforme Fiori³ e Anderson.⁴ Entre as mudanças ocorridas ou aprofundadas já em 1995, destacam-se a abertura comercial e financeira da economia, a ampliação do processo de privatizações, a diminuição dos espaços de poder dos movimentos sindicais e sociais e a aprovação, no Congresso Nacional, de diversas reformas à Constituição, inclusive a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo.⁵

A greve, iniciada em 3 de maio de 1995, foi convocada pela CUT como um protesto de servidores públicos e funcionários de estatais contra essas reformas e pelo cumprimento de acordos salariais firmados durante o governo anterior, de Itamar Franco. Deste movimento mais amplo destacou-se a paralisação dos petroleiros, que teve adesão de cerca de 90% dos trabalhadores da categoria, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), e durou 32 dias. Esta greve foi o primeiro e o mais expressivo embate entre o novo governo e o movimento sindical e teve consequências tanto na aprovação das reformas constitucionais como no estabelecimento de novos termos de relacionamento entre o poder governamental e as entidades representativas dos trabalhadores.

Da forma como a mídia, especialmente a imprensa de circulação nacional, noticiou a greve, as opiniões sobre o movimento e suas implicações não se restringiram a editoriais e artigos assinados. Ainda que subliminarmente, essas opiniões transpareceram também nas notícias e reportagens publicadas. As matérias sobre a greve petroleira trataram de alguns temas importantes do discurso do novo liberalismo, discurso este que, como a prática neoliberal, estava em formação naquele período.

Ao construir esse discurso, a imprensa não se restringiu ao momento do acontecimento da greve. Se aceitamos que um discurso é sempre produzido como um diálogo, contestando ou afirmando elementos de outros discursos presentes na sociedade, e que este diálogo é estruturado em consonância com os conflitos sociais existentes,⁶ podemos, então, perceber a necessidade de compreender as referências feitas, nas notícias sobre a greve dos petroleiros, a períodos históricos anteriores. Nos jornais pesquisados – *Folha de S. Paulo* e *O Globo* –, foram referenciados, especialmente, a chamada Era Vargas, durante a qual foi fundada a Petrobrás e instituída a estrutura sindical vigente até os dias atuais; e o regime militar, utilizado ora como contraponto ao que se compreendia então como um regime democrático, ora como influência ainda presente nas atitudes governamentais ou dos grevistas de 1995.

A principal imagem construída pela mídia sobre a greve dos petroleiros foi a de um movimento corporativista, de funcionários privilegiados que se preocupavam apenas com seus próprios interesses e prejudicavam a população, privando-a de serviços essenciais, como o fornecimento de gás de cozinha e combustíveis. Esta representação pejorativa foi edificada através de notícias que creditavam exclusivamente à greve a responsabilidade pela falta de derivados de petróleo, o que foi ressaltado em textos que afirmavam insistentemente que o desabastecimento era “devido à greve dos petroleiros” e na utilização de fotos e depoimentos mostrando a dificuldade em encontrar gás e combustíveis. Segundo Rizek,⁷ a lógica proposta pelo jornal – a greve como causa da falta de gás de cozinha – é, na verdade, invertida: foi o alarde feito pela imprensa sobre a iminente falta de gás que levou ao aumento na procura e, conseqüentemente, à escassez de fato do produto.

A edição das matérias privilegiou, ainda, as informações prestadas por membros do governo, sindicatos patronais e distribuidoras. Ao mesmo tempo, as denúncias feitas pelas entidades dos petroleiros (de que a Petrobrás e as distribuidoras estavam escondendo estoques), posteriormente confirmadas, foram suprimidas ou minimizadas. Nas matérias sobre o problema da falta de gás e combustíveis, também estava subjacente a idéia de que o direito de greve não poderia ser tão amplo quanto o estabelecido pela Constituição de 1988. Os ditos prejuízos à população, destacados nas notícias e reportagens, reforçavam a concepção de que, em alguns setores, o exercício do direito de greve implicaria a supressão de um direito considerado mais importante: o dos consumidores.

Nos editoriais, tanto a *Folha* como *O Globo* utilizaram os termos “chantagem” para se referir à greve e “reféns” ou “vítimas” para a população, ou os consumidores, privados de seu direito de acesso a um bem essencial. Mesmo nas matérias sobre a falta de combustíveis em que a população não foi nominada como “refém” ou “vítima”, ela foi mostrada desta forma nas fotos e textos que, aparentemente, apenas descreviam a situação de desa-

bastecimento ou narravam os exemplos concretos de pessoas que enfrentavam dificuldades para conseguir os produtos. Também o significado de “chantagem”, ainda que a palavra em si não tenha sido usada, está embutido na insistência cotidiana em reafirmar que os problemas de abastecimento aconteciam “devido à greve dos petroleiros”. “Chantagem”, além de um termo pejorativo – que indica uma ação ilegal ou, pelo menos, errada –, também é um indicativo de poder. Só quem tem algum tipo de domínio sobre o outro pode chantageá-lo. Em contrapartida, quem está na posição de “refém” está indefeso, subjugado por um poder maior que o seu, preso a uma situação sobre a qual é o outro quem tem o controle. Na opinião dos jornais, esta situação que vitimava a sociedade e lhe cerceava a liberdade era dada pelo monopólio estatal do petróleo. Com base nessa contraposição, os jornais afirmaram a necessidade de quebrar tal monopólio e o de outros setores estratégicos da economia, conforme propusera o governo na reforma constitucional que tramitava no Congresso. O fim dos monopólios seria, na opinião expressa pela grande imprensa, a única forma de proteger os interesses da sociedade.

No debate sobre o acontecimento específico da greve dos petroleiros de 1995, a palavra “monopólio” adquiriu sentidos distintos. Para os boletins sindicais, que se dirigiam principalmente aos próprios trabalhadores em greve, o “monopólio” era a defesa da soberania nacional e da dignidade dos trabalhadores. Para a grande imprensa, era o empecilho ao desenvolvimento e a condenação da sociedade a ser refém de interesses corporativos. Em ambos os casos, as enunciações produzidas não dialogavam apenas com o ideário que se conformava naquele momento, de forma contrária ou favorável, respectivamente, ao governo de Cardoso. Faziam-no também com os ideais nacionalistas e sobre a importância estratégica do petróleo, construídos desde a era Vargas. Como o monopólio estatal, também a “greve”, os “petroleiros”, a “democracia” e o “Estado”, entre outros termos, tiveram diferentes significações nas matérias publicadas sobre a greve de 1995 e seguiram as mudanças e contradições que caracterizaram o período.

Estes e outros temas importantes para o discurso neoliberal apareceram nas notícias e artigos sobre a greve de maneira mais sutil. No que se pode considerar uma primeira fase da paralisação, na qual governo e petroleiros disputavam o apoio da opinião pública, os jornais buscaram deslegitimar a greve e, com ela, as entidades sindicais, acentuando a motivação política do movimento, em detrimento das reivindicações salariais. Nesta fase, que vai do início da greve, em 3 de maio de 1995, até a ocupação de quatro refinarias pelo Exército, em 24 de maio, os veículos da grande imprensa também destacaram que a greve era ilegal, pois continuava mesmo após ser julgada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A continuidade da paralisação, apesar da decisão do Tribunal, foi vista como desrespeito ao Estado democrático de direito. Foi tematizado, ainda, qual seria o

papel do Estado na regulação dos conflitos trabalhistas, através de textos que apontavam para a necessidade de mudanças nas relações entre o governo e os representantes dos trabalhadores.

Apesar da existência desses temas nos dois jornais pesquisados, eles não foram tratados da mesma forma pela *Folha* e por *O Globo*. No jornal paulista, por exemplo, a greve dos petroleiros recebeu espaço privilegiado no caderno de política, enquanto *O Globo* reservou à paralisação as páginas finais da parte de economia, ressaltando, desta maneira, que um conflito trabalhista é, ou deveria ser, sempre prioritariamente econômico.

Em relação a apresentar a imagem da greve como ação política que não deveria ser feita por entidades sindicais, os dois jornais relacionaram-na às reformas que tramitavam no Congresso. *O Globo* deixou explícito, nas matérias noticiosas e nos editoriais, um posicionamento a respeito da greve como ação da CUT, política e fraca diante da reação do governo, que alcançava vitórias no campo parlamentar. E defendeu as reformas como elementos positivos para o desenvolvimento do país, mostrando seu alinhamento com as orientações políticas do governo. Na *Folha*, esse mesmo posicionamento também foi demonstrado, mas implicitamente, na relação de proximidade entre as matérias referentes às reformas e as que tratavam da greve, em recursos gráficos como o selo “Mudanças na Constituição”, que encabeçava as reportagens sobre ambos os assuntos, e em menções no interior dos textos.

Quanto à imagem da greve dos petroleiros como desafio à democracia e ao Estado de direito – embora *O Globo* tenha apontado em seus editoriais que sua continuidade, mesmo após o TST ter julgado o movimento abusivo, seria uma atitude contrária aos preceitos democráticos –, foi na *Folha de S. Paulo* que o assunto tomou corpo. Em 11 dos 13 editoriais publicados pelo jornal paulista durante a greve, a *Folha* salientou a opinião de que, independentemente de serem legítimas ou não as reivindicações, ao desobedecer ao TST os grevistas colocaram em questão o Estado de direito e ameaçaram a democracia recém-conquistada no país. Para o jornal, a greve o faria, a um só tempo, em duas frentes: no desrespeito a um de seus pilares – o Poder Judiciário – e na realização de uma greve “política”, contra as reformas na Constituição, transferindo para a manifestação direta um debate que deveria caber, pelos princípios da democracia representativa, aos parlamentares eleitos. Além do maior número de editoriais, a *Folha* fez matérias consultando especialistas sobre se a greve ameaçava ou não o Estado democrático.

Outra diferenciação importante neste tema foi que *O Globo* falou da afronta à Justiça em seus editoriais, mas em nenhum momento a greve foi apontada como capaz de ameaçar a democracia brasileira. Para o jornal, o problema estava em que os trabalhadores em serviços essenciais não sabiam ou não queriam agir democraticamente e cabia ao governo

fazer valer a decisão judicial e garantir a continuidade democrática “contra os sabotadores da paz social”.⁸ Já para a *Folha*, a greve não representava somente afronta à democracia e ao Estado de direito, mas também algo capaz de provocar “a desmoralização do Judiciário, um dos alicerces do Estado democrático” e de “ameaçar a ordem democrática”. Se Fernando Henrique Cardoso cedesse às pressões do movimento, estaria “trabalhando contra a ainda frágil democracia brasileira”.⁹

Houve diferenças expressivas entre os dois jornais também em relação a qual deveria ser a atitude do governo diante da paralisação. *O Globo* defendeu uma postura dura, que esmagasse a greve petroleira e, com ela, as lideranças do movimento sindical em geral. Já a *Folha* promoveu a necessidade de dialogar e cooptar as lideranças sindicais para o projeto que se implementava no país.

A opção do governo de Fernando Henrique Cardoso foi endurecer com o movimento grevista. Em 24 de maio, ele ordenou a invasão de quatro refinarias pelo Exército, o que inaugurou o que pode ser considerada a segunda fase da greve, marcada pela ofensiva governamental e pela atitude defensiva dos petroleiros. Além da ocupação das refinarias, o governo adotou outras medidas repressivas contra os funcionários em greve. Conforme destacaram os jornais pesquisados, partiram diretamente do Planalto ordens para que a Polícia Federal abrisse inquéritos criminais contra os grevistas e para que o Ministério da Justiça iniciasse a cobrança das multas estipuladas aos sindicatos pelo TST.

Nesta fase, a disputa física entre governo e trabalhadores pelo controle das refinarias refletiu e contribuiu para a batalha que se travava entre dois projetos distintos para o país. Como afirmam Martins e Rodrigues,¹⁰ ao ordenar a entrada do Exército nas refinarias, “o governo que se auto-intitulava social-democrata começava seu mandato numa postura avessa às práticas da social-democracia e havia resolvido dar uma ‘lição’ ao sindicalismo-CUT”. É neste mesmo sentido que Miagusko¹¹ questiona como foi possível, no marco do início de um governo que se dizia comprometido com a democracia e com o Estado de direito, que ações claramente antidemocráticas tenham aparecido como seu contrário, ou seja, como atitudes necessárias à preservação do Estado democrático.

A ocupação das refinarias pelo Exército recolocou em discussão, sob vários aspectos, qual deveria ser o papel do Estado na mediação dos conflitos trabalhistas. Nos jornais pesquisados, após essa ação ordenada pelo governo, ficou à mostra uma das principais contradições do período: ao mesmo tempo em que defendiam a saída do Estado da economia, inclusive de setores estratégicos, e que reivindicavam o fim da interferência estatal sobre a regulamentação das relações de trabalho, tanto *Folha* como *O Globo* apoiaram a existência de um Estado forte no trato com as manifestações dos trabalhadores.

Os dois jornais inicialmente apoiaram a intervenção militar nas refinarias, justificada como única forma de garantir o abastecimento de derivados de petróleo, e foi comum a demonstração de temor em relação à refinaria de Cubatão, que estava ocupada pelos grevistas. Mas, diferentemente de *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* apresentou certa apreensão com os resultados da ocupação militar e passou a considerar que também o governo estava fazendo uso político da greve. O jornal paulista logo voltou a defender um acordo entre petroleiros e governo, para colocar fim à greve sem que a democracia brasileira saísse arranhada. Expressiva desta postura da *Folha* foi a publicação da matéria “Conflito matou 3 operários em 88”,¹² que lembrava a greve da CSN em Volta Redonda e, na forma como descreveu os acontecimentos, continha uma crítica às atitudes do Exército, da PM e do governo na época. A presença desta matéria entre as notícias sobre a ocupação do Exército nas refinarias da Petrobrás foi um chamado a que governo e petroleiros optassem pelo diálogo e evitassem que a tragédia da CSN se repetisse.

As diferenças entre *Folha* e *O Globo* são parcialmente explicáveis pela história dos jornais e seus graus de vinculação ao discurso democrático. Do ponto de vista político, a *Folha* foi oposição ao governo Jango e, inicialmente, apoiou o golpe militar de 1964. Logo, porém, deixou de dar apoio incondicional aos militares e colocou-se em uma postura crítica ao regime.¹³ Na segunda metade da década de 70, com a abertura política iniciada por Geisel e a diminuição do poder militar, também a *Folha* se transformou, com um novo projeto editorial e um processo de democratização interna que incluiu a contratação de comentaristas políticos de diversas vertentes. Esta mudança atingiu seu auge durante a Campanha pelas Diretas, quando a *Folha* consolidou-se como o maior jornal do país, sendo um dos poucos órgãos de imprensa a apoiar abertamente este movimento pela redemocratização. Ainda que tenha participado da Campanha por razões mais empresariais que ideológicas,¹⁴ o jornal passou a ser vinculado (e utilizou-se disso em seus anúncios publicitários) às idéias de defesa da democracia e total independência em relação aos poderes instituídos.

A trajetória de *O Globo* é bastante diferente. Como parte das Organizações Globo, o jornal carioca acompanhou, nos anos da ditadura militar, a ampliação do poder político de seu proprietário, Roberto Marinho, e a expansão do grupo que, nos anos 60 e 70, deu os passos decisivos para transformar-se em um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo. Na Campanha pelas Diretas, as Organizações Globo notabilizaram-se pelo silêncio sobre as manifestações populares, a ponto de jornalistas da empresa serem hostilizados nos comícios pró-diretas.¹⁵ Assim, pode-se afirmar que, embora *O Globo* tenha continuado a crescer empresarialmente e em influência política durante a transição democrática, a vinculação deste jornal ao processo de redemocratização do Brasil era

menor que a da *Folha*, tendo, assim, o periódico paulista maior necessidade de recorrer ao discurso de defesa da democracia como princípio porque dele fez uso, em maior grau que o diário carioca, em sua consolidação como um dos principais veículos de imprensa do país.

Não foram apenas o governo e a grande imprensa, contudo, que defenderam a democracia e o Estado de direito. Também a Federação Única dos Petroleiros debateu o tema, mas de forma invertida. Na avaliação da FUP, o julgamento do TST deu respaldo à posterior ocupação de quatro refinarias pelo Exército, constituindo-se em “afrota à democracia”, e era o governo que ameaçava o Estado de direito. Nas revistas e boletins dos petroleiros, a representação do governo de Fernando Henrique como ameaça à democracia foi reforçada na comparação entre ele e os governantes do período militar, tanto por ter ordenado a ação do Exército contra os trabalhadores como por sua intransigência em abrir negociações com os grevistas e reconhecer as entidades representativas da categoria como interlocutores.

A comparação entre o governo de Cardoso e os da ditadura militar não foi fortuita. Os petroleiros foram uma das categorias que participaram do ressurgimento do movimento operário em oposição ao regime militar. Entre os novos segmentos que ingressaram nesse movimento a partir dos anos 80, Noronha¹⁶ ressalta a inserção do setor público, tendo os petroleiros como categoria de vanguarda, através da greve nas refinarias de Paulínia (Campinas-SP) e Mataripe (BA) em junho de 1983, consideradas como tentativa de “puxar” a primeira greve geral pós-64 (ocorrida em julho) e como marco importante no processo de formação da CUT (fundada em outubro daquele ano).

Foi, então, a história de participação no “novo sindicalismo” e na reconstrução democrática, no final dos anos 70 e início dos 80, que se refletiu na defesa da democracia feita pelos petroleiros em 1995. Para esta categoria, “democracia” e “Estado de direito” eram sinônimos de liberdade de organização e mobilização; de independência dos sindicatos em relação às intervenções efetuadas pelos governos militares; de fim da repressão e perseguição de dirigentes dos trabalhadores; de seu credenciamento como interlocutores do governo na defesa dos interesses dos trabalhadores. Enfim, eram sinônimo de tudo pelo que haviam lutado na década anterior. Representavam, na greve contra as reformas, a defesa da Constituição de 1988, que consolidara os direitos de greve e sindicalização para o setor público. Assim, se tanto a imprensa sindical como a grande imprensa e tanto governo como petroleiros reivindicaram o estatuto de defensores do Estado de direito e da democracia nos moldes liberais, estas palavras não tinham, entretanto, significados equivalentes.

A paralisação dos petroleiros terminou em 3 de junho de 1995; não conseguiu reajuste salarial, os acordos firmados no governo Itamar Franco não foram reconhecidos, os dias

parados foram descontados dos salários, houve 72 demissões (inclusive de dirigentes sindicais, sendo que algumas foram revertidas somente em 2004) e os sindicatos tiveram de arcar com uma multa de R\$ 100 mil/dia de paralisação. Além das conseqüências para os petroleiros, o resultado da greve teve influência na afirmação de uma nova relação entre Estado e trabalhadores, expressa, principalmente, pelo fim do gatilho salarial e da concessão de reajustes para os funcionários em estatais e servidores públicos. Teve conseqüências, também, para a quebra do monopólio estatal do petróleo e a aprovação das reformas econômicas e do Estado.

Diante disso, a grande imprensa afirmou que os petroleiros haviam sido exemplarmente derrotados e que o governo quebrara a espinha dorsal do movimento sindical. Os boletins e revistas dos petroleiros, por sua vez, consideraram que a greve saíra vitoriosa por ter desmascarado o caráter neoliberal do governo FHC.

A derrota dos petroleiros foi clara. Entretanto, passados nove anos daquela greve, pode-se afirmar que a derrota não foi tão esmagadora como apresentaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Mesmo após a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo, a Petrobrás continuou sendo a principal empresa do setor e não sofreu amplos processos de privatização e desnacionalização, como aconteceu com outras indústrias estatais ou com as empresas nas áreas de energia elétrica e telecomunicações. Outro elemento importante a ser notado em relação ao desfecho da greve é que, apesar de toda a pressão feita pelo governo, através de processos criminais contra os líderes do movimento e da cobrança de multas das entidades (que pretendiam inviabilizar financeiramente os sindicatos), os trabalhadores mantiveram sua organização e fortaleceram seus laços de unidade.

Na análise da cobertura jornalística sobre a greve dos petroleiros, é possível perceber que houve uma clara contraposição entre as propostas do novo liberalismo, apresentadas como positivas para o país, e as dos petroleiros, representadas como retrógradas e prejudiciais ao desenvolvimento nacional. Este contraste foi feito tanto nos textos opinativos dos editoriais e artigos como nos que se pretendiam puramente informativos. Nestes, ainda que a palavra “neoliberalismo” não tenha sido usada, o encadeamento dos temas seguiu a lógica do ideário neoliberal.

Ao considerarmos que a grande imprensa seguiu o caminho da defesa dos ideais do novo liberalismo, não pretendemos classificar mecanicamente os jornais pesquisados como “neoliberais” nem minimizar as contradições deste ideário presentes nos próprios textos analisados. As diferenças entre *Folha* e *O Globo*, além de mostrarem as distintas trajetórias e vinculações políticas destes dois jornais, apontam que o discurso do novo liberalismo ainda não estava consolidado no início de 1995. No período estudado, este discurso foi sendo construído, difundido e popularizado, com a participação ativa da grande imprensa.

Seja explicitamente, no que era defendido nos editoriais, ou implicitamente, na forma como os jornais noticiaram o acontecimento da greve dos petroleiros, utilizando os recursos de texto, diagramação e edição das notícias e reportagens publicadas.

Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004

Notas

* Jornalista e mestre em História pela PUC-SP, com o trabalho *Como é contada a história? Representações da greve dos petroleiros na imprensa – 1995* (2004).

¹ RODRIGUES, Iram Jácome. “A trajetória do novo sindicalismo”. In: RODRIGUES, I. J. (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999, pp. 73-94; SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; NORONHA, Eduardo Garuti. “A explosão das greves na década de 80”. In: BOITO JR., Armando et alii. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 93-135.

² CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-45*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 12.

³ FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 5 ed., Petrópolis, Vozes, 1997; id., “Globalização, hegemonia, império”. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

⁴ ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, pp. 9-23.

⁵ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo, Boitempo, 2000.

⁶ BAKHTIN, Mikhail. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.

⁷ RIZEK, Cibele Saliba. A greve dos petroleiros. *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo, Hucitec, v. 6, p. 98, 1998.

⁸ *O GLOBO*. O peso da lei, capa, 11 mai. 1995.

⁹ *FOLHA DE S. PAULO*. Respeito ao Judiciário, pp. 1-2, 18 mai. 1995.

¹⁰ MARTINS e RODRIGUES, op. cit.

¹¹ MIAGUSKO, Edson. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

¹² *FOLHA DE S. PAULO*, pp. 1-6, 26 mai. 1995.

¹³ MOTTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1980.

¹⁴ TACHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 118-20.

¹⁵ CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

¹⁶ NORONHA, op. cit.